



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

tes motores, como a entrada das guias rebaixadas, há a necessidade de melhorias para outros deficientes, como os visuais e/ou auditivos. “A questão dos pisos táteis está sendo discutida desde o início do mandato. Na verdade, desde antes dele, já que estamos na comissão que vê a questão das calçadas, para torná-las acessíveis. Há outra luta na questão dos cardápios em braile para os deficientes visuais”, enumera Lucas. Inclusive ele apresentou esta semana um projeto na Câmara Municipal alterando a lei municipal que fala dos cardápios em braile para que eles possam ser em áudio também. “É um projeto de lei que estamos construindo junto com o Procon aqui no município e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Vai ser importante na questão da acessibilidade”, completa.

Os deficientes auditivos, para ele, estão entre os que mais precisam de atenção. “Eles não têm como ocupar um restaurante, um banco, um posto de saúde ou uma escola porque não encontramos muitos profissionais que não conhecem Libras e podem ajuda-los. Um deficiente visual e um motor às vezes encontram uma de acesso, embora principalmente no caso do motor, tenha como se resolver com paliativos. Já com um surdo, não. Se alguém não souber Libras, ele não fala com ninguém! Ele não vai poder se comunicar”, reclama. Como exemplo fica a Rua do Turista, que já tem recursos para cadeirantes e deficientes

motores, mas ainda nada para deficientes visuais ou auditivos. “Eles deram uma melhoria na parte da acessibilidade para os cadeirantes com a instalação de rampas e elevadores. Mas, por exemplo, não há piso tátil para deficientes visuais, não tem acessibilidade nos cardápios (assim como a parte da comunicação e da informação do local). Para quem é surdo, não existem profissionais que saibam Libras para atender. Então, de fato, precisa melhorar, e muito”, completa o vereador.

#### • Avanços

Além da luta e dos projetos de Lucas, o Ministério Público também tem feito algumas ações. A promotora de Justiça Berenice Andrade, que também atua em defesa dos idosos, elucida que já existem algumas ações em prol dos deficientes em Sergipe. “Quanto às ações recentes do Ministério Público, podemos pontuar que foram promovidas diversas ações civis públicas visando à promoção da acessibilidade em lojas, hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos privados, bem como edifícios públicos que não estejam adequados à legislação vigente”, lembra. Inclusive, segundo ela, está sendo elaborada, juntamente a arquitetos e engenheiros de órgãos públicos, municipais e estaduais, a cartilha Calçada Livre, que orienta os profissionais em atividade nas obras de execução e reforma nas calçadas de todo o Estado de Sergipe, segundo o que prevê a Associação

“

Nós reivindicamos o direito à liberdade de ir e vir”

**Antônio Fonseca** |  
Presidente da ADMSE

Brasileira de Normal e Técnicas (ABNT). Além dele, há também o Guia de Acessibilidade, que visa à padronização dos critérios a serem utilizados para promover a acessibilidade em prédios públicos. “Tanto a Cartilha quanto o Guia tem como objetivo unificar o entendimento dos profissionais da área, configurando passo fundamental à promoção da acessibilidade em nosso Estado”, elucida a promotora.

Berenice ressalta que já houve melhorias e avanços, mas também relata que o trabalho ainda é grande, constante e diário. “Quanto aos locais já adaptados, podemos dizer que muitos dos bancos da capital já se encontram adequados às normas legais, bem como os shoppings, além de alguns bares, hotéis e escolas. E quanto aos locais que requerem intervenção urgente, podemos ressaltar as calçadas, os terminais de integração e todos os locais de prestação de serviço, a fim de garantir às pessoas com deficiência a autonomia preconizada pelas normas constitucionais e infraconstitucionais.

O vereador, inclusive, sugere algumas melhorias que poderiam existir em São Cristóvão, que é um dos pontos turísticos mais importantes do Estado. “Acredito que existem obras que podem ser feitas tranquilamente por lá, como a instalação de pisos táteis, de rampas, informações em braile ou em áudio, a presença de um profissional que conheça Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para auxiliar os deficientes auditivos... essas coisas são possíveis e muito importantes de serem feitas”.

Mas, se por um lado tem havido melhorias para os deficientes

No entanto, ressaltamos que a promoção da acessibilidade é uma luta constante, uma vez que perpassa não apenas pelos aspectos técnicos que envolvem o tema, mas principalmente pela conscientização da população quanto aos direitos das pessoas com deficiência", completa, aproveitando para fazer uma crítica aos proprietários de estabelecimentos. "Ainda há uma resistência muito grande dos proprietários quanto à adequação dos estabelecimentos, e a transformação deste panorama é algo que precisa ser buscado constantemente".

A Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) também tem se movido no intuito de promover essas

melhorias. Segundo o assessor de comunicação do órgão, Ademar Queiroz, todas as obras seguem critérios técnicos, inclusive aqueles referentes à acessibilidade. "Todas as obras que a Emurb tem feito contentam as normas de acessibilidade, seguindo as normas da ABNT. Seja em urbanização ou reurbanização das praças, obras de infraestrutura, pavimentação. É pensado principalmente naqueles que têm mais dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida. A questão da acessibilidade é para os deficientes e também para todos os que têm dificuldade de locomoção, como idosos, gestantes e afins. Todos eles têm alguma limitação na mobilidade", completa.

Inclusive, Queiroz lembra que mesmo as obras particulares precisam de um aval da Emurb, que tem preocupação direta com acessibilidade. "Quanto à parte do licenciamento de obras particulares, a Emurb só licencia os projetos em que estão contempladas as normas que confirmam na legislação sobre acessibilidade". E ele usa como um dos exemplos de obra da Emurb em termo de acessibilidade a recente substituição das pedras portuguesas por asfalto no entorno da Praça da Bandeira e em outras três praças da capital. Ele afirma que isso facilitou o acesso para quem tem dificuldades de locomoção. "Essa técnica é novidade em Aracaju, mas já está sendo utilizada em outros centros, como Salvador. A pedra

portuguesa contrariava todas as normas de acessibilidade, não só para o pedestre caminhar (o que, na situação atual, já era difícil), como para o cadeirante era praticamente impossível de se locomover. Com o asfalto que foi colocado e com a nova sinalização da calçada, a Emurb conseguiu até um reconhecimento da ADM-SE e eles solicitaram que fosse colocado em outras praças. Mas vale lembrar que a iniciativa foi da Prefeitura", completa.

Outra vantagem da obra foi o tempo de execução e o menor custo. Segundo Queiroz, para asfaltar o entorno da praça da Bandeira foram gastos R\$ 39 mil em oito dias de trabalho, enquanto que se a opção fosse por recuperar as antigas pedras portuguesas, o gasto seria de R\$ 139 mil, levando cerca de quatro meses de trabalho.



■ Lucas Aribé: "há recursos que facilitam a vida de quem tem alguma limitação"



## A VOZ DA NECESSIDADE

Quem passa pelas dificuldades tende a senti-las de maneira mais intensa. E quando a pessoa possui uma deficiência, é ainda mais complicado. Diante da situação, o presidente da ADM-SE, Antônio Fonseca, reclama: "a ADM/SE tem reivindicado o direito à liberdade de ir e vir da pessoa com deficiência, por isso, sempre junto aos MPF e MPE, estamos denunciando a falta de acessibilidade". E,

quanto à questão da participação de deficientes em eventos, ele critica a acessibilidade. "Não há condição alguma para a pessoa com deficiência participar de visitas culturais, não dispomos de acessibilidade, não temos o direito de conhecer a história. Escolas, supermercados, bancos, praças de esportes, locais culturais, calçadas, etc. Falta acesso físico para a gente. Vivemos sitiados", completa.